



CONTRIBUIÇÕES DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE FREQUENTADORES SOBRE PRAÇAS E PARQUES NO BRASIL (2009-2013): REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Recebido: 05/10/2015

Aprovado: 03/11/2015

¹Tania Amara Dorigo
²Ana Paula do Nascimento Lamano-Ferreira

RESUMO

As áreas verdes urbanas assumem um importante papel na melhoria do ambiente e na oferta de espaços para lazer e recreação, além de contribuírem para a sustentabilidade urbana. O objetivo do presente trabalho foi levantar as contribuições dos estudos de percepção ambiental em áreas verdes públicas, como praças e parques urbanos. Investigou-se a influência que essas áreas exercem sobre os moradores do seu entorno e também sobre os seus frequentadores. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre os estudos de percepção ambiental em áreas verdes urbanas no *website* Portal Inovação. O critério utilizado para a seleção dos artigos foi a publicação em periódicos nacionais entre os anos de 2009 e 2013. Dentre os resultados encontrados, buscou-se conhecer a importância desses espaços para a população que neles identifica uma função essencialmente social. De acordo com os artigos publicados, os aspectos positivos das áreas verdes na visão dos frequentadores se relacionam com a prática de atividades físicas, lazer, promoção da educação e conscientização ambiental. Em relação aos aspectos negativos, percebe-se a preocupação com a questão da segurança das áreas verdes urbanas, o que pode estar relacionado com menor frequência de uso desses espaços públicos.

Palavras-chave: Áreas Verdes Urbanas, Administração Pública, Sustentabilidade.

¹ Graduada em Biologia pela Universidade Nove de Julho – UNINOVE, Brasil
E-mail: tania.dorigo@gmail.com

² Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo – USP, Brasil
Professora da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, Brasil
E-mail: ana_paula@uninove.br



CONTRIBUTIONS OF GORS' ENVIRONMENTAL PERCEPTION ABOUT SQUARES AND PARKS IN BRAZIL (2009-2013): LITERATURE REVIEW

ABSTRACT

The urban green spaces assume an important role in improving the environment and offering spaces for leisure and recreation, as well as contributing to urban sustainability. This research aims to study the contributions of environmental perception in public green areas, as squares and urban parks. The influence these areas have on their surroundings' residents and goers was investigated. In order to achieve this, a research of studies on environmental perception in urban green areas was carried out in the Innovation Portal website. The criteria used for the selection of articles was published in national journals from the years 2009 to 2013. Among the findings, it was sought to determine the importance

of these areas for the population that sees in them an essentially social function. According to the articles published, the positive aspects of green areas in the vision of the regulars are related to physical activity, leisure, education and promotion of environmental awareness. Regarding the negative aspects, one can notice concern about the safety issue in urban green areas, which may be associated to less frequent use of these public spaces.

Keywords: Urban Green Areas, Public Administration, Sustainability.

APORTES DE LA PERCEPCIÓN AMBIENTAL DE ASISTENTES DE PLAZAS Y PARQUES EN BRASIL (2009-2013): REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA

RESUMEN

Las áreas verdes urbanas asumen un importante papel en la mejoría del ambiente y en la oferta de espacios para descanso y recreación, además de que contribuyen para la sustentabilidad urbana. El objetivo del presente trabajo fue levantar las contribuciones de los estudios de percepción ambiental en áreas verdes públicas, como plazas y parques urbanos. Se investigó la influencia que esas áreas ejercen sobre los moradores de su entorno y también sobre sus frequentadores. Para esto se realizó una revisión bibliográfica sobre los estudios de percepción ambiental en áreas verdes urbanas en la página web Portal Inovação. El criterio utilizado para la selección de los artículos fue la publicación en periódicos nacionales entre los años de 2009 y 2013. Entre los resultados encontrados, se buscó

conocer la importancia de esos espacios para la población que en ellos identifican una función esencialmente social. De acuerdo con los artículos publicados los aspectos positivos de las áreas verdes en la visión de los frequentadores se relacionan con la práctica de actividades físicas, descanso, promoviendo la educación y concientización ambiental. En relación a los aspectos negativos, se percibe la preocupación con la cuestión de la seguridad de las áreas verdes urbanas, lo que puede estar relacionado con la menor frecuencia de uso de esos espacios públicos.

Palabras-clave: Áreas Verdes Urbanas, Administración Pública, Sustentabilidad.



1 INTRODUÇÃO

O conceito de percepção ambiental adotado pelo programa Man and Biosphere (MAB), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), compreende “uma tomada de consciência e a compreensão pelo homem do ambiente no sentido mais amplo, envolvendo bem mais que uma percepção sensorial individual, como a visão ou a audição” (Whyte, 1978). De acordo com Costa, Benachio, Borges e Colesanti (2011), a percepção do ambiente está relacionada a filtros culturais que interferem diretamente em nossa forma de pensar, sentir e agir. Nesse sentido, Tuan (2012) menciona que a maneira como as pessoas percebem e avaliam os ambientes é a mais variada e afirma que duas pessoas não veem a mesma realidade.

De acordo com Marten (2001), as experiências vivenciadas por cada indivíduo são a base para a interação entre sociedade e ecossistema, ou seja, a maneira como os atores sociais interpretam dados e propõem ações afeta o meio ambiente. Nesse sentido, conhecer a percepção da sociedade, do governo e da empresa sobre o ambiente é fundamental para a melhoria da qualidade do ambiente urbano. Cabe enfatizar que a preocupação com espaços urbanos tomou dimensões maiores a partir de 2011, quando a população urbana ultrapassou a rural no mundo.

Um dos espaços importantes nas cidades são as áreas verdes públicas e privadas, que minimizam diversos impactos causados pelas atividades humanas devido ao crescimento populacional e intensa urbanização (Barbosa, Tratalos, Armsworth, Davies, Fuller, Johnson, & Gaston, 2007). De acordo com os autores, os benefícios dos espaços verdes são conseguidos quando as pessoas moram a até 300 metros de distância deles. Dentre as contribuições da percepção ambiental para a gestão de áreas verdes, pode-se destacar o valor atribuído a esses espaços pela população do entorno e frequentadores, e como estes percebem as condições ambientais e de vida no momento vivenciado (Costa & Colesanti, 2011).

As áreas verdes urbanas, como espaços livres de construção, podem reforçar a ideia de conservação e preservação da biodiversidade, fazendo surgir a temática da sustentabilidade urbana, esta capaz de influenciar a qualidade ambiental e, conseqüentemente, a qualidade de vida das pessoas. Assim, o planejamento e a gestão ambiental dessas áreas urbanas devem levar em consideração a necessidade de incluir a figura do cidadão nesses espaços como fator primordial para a difusão de uma sensibilidade ambiental (Pina & Santos, 2012).

A compreensão da percepção ambiental, portanto, pode ser um importante fator para a conservação ou manutenção das áreas verdes, seja para sua melhoria como um todo, seja para sua ampliação, proteção e/ou promoção como forma de garantir às comunidades um espaço agradável de convívio social. Dessa forma, saber interpretar a percepção ambiental é um desafio para a adequação e melhor funcionalidade dessas áreas, pois as populações que residem próximas a esses espaços possuem conhecimento sobre seus recursos e problemas enfrentados, podendo apontar soluções que possibilitem aliar as práticas de gestão e estratégias de conservação (Silva, Cândido & Freire, 2009).

O presente trabalho consistiu em um levantamento bibliográfico sobre percepção ambiental de frequentadores ou população do entorno sobre parques e praças. Nesse sentido, este estudo buscou conhecer a percepção de populações de diferentes regiões do Brasil sobre o uso e função desses espaços públicos.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Dentre os diversos conceitos de percepção adotados pelos trabalhos pesquisados, considera-se neste trabalho a de Tuan (2012):

[...] tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura.

Além dos cinco sentidos, visão, audição, olfato, paladar e tato, conhecidos popularmente, existem outras maneiras de o ser humano registrar informações recebidas do ambiente (Tuan, 2012). A percepção humana é orientada pelos sentidos, sendo fator fundamental para a avaliação da relação do homem com o espaço onde ele vive e como ele visualiza o mundo externo (Ferreira, 2005). Entretanto, Tuan (2012), enfatiza que a percepção está amarrada à cultura de um determinado grupo de atores sociais, ou seja, cada indivíduo possui uma singularidade perceptiva e uma visão particular do que ele conhece como seu mundo (Costa & Colesanti, 2011). Assim, devem ser considerados outros aspectos que contribuem para a formação da percepção, como fatores culturais, idade, sexo, além do momento vivenciado (Tuan, 2012).



Segundo Rappaport (1980, *apud* Pessoa, 2009), a percepção ambiental consiste no conjunto de atitudes, motivações e valores que influem nos distintos grupos sociais no momento de definir o meio ambiente percebido, o qual não somente afeta o seu conhecimento como também seu comportamento dentro deste.

Por fim, a percepção ambiental é um processo de construção mental de interação do indivíduo, sociedade e ambiente, que se dá através de mecanismos perceptíveis e principalmente cognitivos (Del Rio, 1999). Conclui-se que a percepção dos componentes do ambiente é baseada na realidade de cada indivíduo, cada cultura, entre outros. Então, reconhecer as diferentes percepções pode ajudar a entender por que diferentes indivíduos interagem com espaços verdes públicos de maneira sustentável ou não.

2.2 ÁREAS VERDES URBANAS

As áreas verdes são importantes para a qualidade ambiental das cidades, já que assumem um papel de equilíbrio entre o espaço urbano e o meio ambiente. A necessidade do conhecimento dessas áreas no ambiente urbano destaca-se devido às funções que elas desempenham na melhoria das condições ambientais e de vida da população. Os benefícios desses espaços verdes vão desde integração, lazer e recreação até redução da poluição, ciclagem de nutrientes (Ferreira, Silva, Pereira, & Lamano-Ferreira, 2014; Ferreira, Pereira, & Monteiro, 2014) e atenuantes do efeito de ilhas de calor (Balooni, Gangopadhyay, & Kumar, 2014; Seeland, Dübendorfer, & Hansmann, 2009). Esses benefícios podem ainda sustentar ecossistemas e melhorar a qualidade de vida urbana (Gidlow, Ellis, & Bostock, 2012).

Diversos trabalhos são encontrados sobre áreas verdes urbanas, entretanto observa-se falta de consenso conceitual acerca do que vem a ser área verde urbana. Expressões como “espaços livres”, “áreas arborizadas”, “cobertura vegetal” são utilizadas muitas vezes indistintamente, representando, em muitos casos, conceitos diferentes, indicando resultado de “olhares diferentes” (Loboda & De Angelis, 2005; Oliveira, 1996; Rocha & Abjaud, 2012; Rocha & Werlang, 2005; Souza *et al.*, 2011).

Oliveira (1996) conceitua as áreas verdes como:

[...] áreas permeáveis (sinônimo de áreas livres) públicas ou não, com cobertura vegetal predominantemente arbórea ou arbustiva (excluindo-se as árvores no leito das vias públicas) que apresentam funções potenciais capazes de proporcionar um microclima distinto, no ambiente

urbano, em relação à luminosidade, temperatura, além de outros parâmetros associados ao bem-estar humano (funções de lazer) com significado ecológico em termos de estabilidade geomorfológica e amenização da poluição, e que suporte uma fauna urbana, principalmente aves, insetos e fauna do solo (funções ecológicas); representando também elementos esteticamente marcantes na paisagem (função estética).

Dentre os autores pesquisados, identificou-se na definição de Cavalheiro, Nucci, Guzzo e Rocha (1999) o conceito que se adota para o presente trabalho:

[...] um tipo especial de espaço livre onde o elemento fundamental de composição é a vegetação, que deve satisfazer três objetivos principais: ecológico-ambiental, estético e de lazer e deve servir a população, proporcionando uso e condições para recreação.

Segundo esse conceito, as áreas verdes entendidas como espaços recreacionais proporcionam oportunidade de recreação física e psicológica ao indivíduo, contato com a natureza, interação social e de relaxamento. Nesse sentido, espaços residenciais podem oferecer benefícios para as famílias, estreitando a relação com a natureza, além de contribuir com a conservação da biodiversidade (Botelho, Lamano-Ferreira & Ferreira, 2014; Queiroz & Lamano-Ferreira, 2014; Lamano-Ferreira, Ferreira, Francos & Molina, 2015).

2.2.1 PRAÇAS PÚBLICAS

As praças públicas em áreas urbanas, como se conhecem atualmente, são espaços de convivência conhecidos desde a civilização grega. Ao longo da história da humanidade, as praças exerciam funções relevantes dentro das cidades (Loboda & De Angelis, 2005). No período medieval, as praças públicas desempenhavam funções cívicas, sociais, religiosas e comerciais que coexistiam entre si (Vargas, 2001). A partir do século XIII, surge o conceito de praça maior nas cidades hispânicas e hispano-americanas como elemento central do urbanismo, que atingiu seu apogeu no século XV, quando passou a ser utilizada como cenário de reuniões públicas de grande importância (Souza, 2009). Como espaço que representava o centro da cidade fortificada, nesse mesmo período aparecem as “praças de armas”, de onde saíam vias com direção aos portões e pontos de defesa das cidades (Souza, 2009).



A praça renascentista é compreendida como lugar público essencial. Nesse período histórico a praça pública ganha novos elementos, como obeliscos, estátuas, fontes que contribuíam para o embelezamento do espaço público, cenário para os acontecimentos da vida social. Segundo Lamas (2004), o estilo barroco também marcou as características das praças públicas, que passaram a apresentar escalas grandiosas com formas, frequentemente geométricas; eram os lugares onde as vias axiais da estrutura das cidades eram desviadas. Nesse período histórico a forma das cidades europeias passou a ter uma significação de ostentação de poder.

No Brasil Colônia, as praças se consolidam como extensões das igrejas. Marx (1980, *apud* Souza, 2009) relata que nas povoações antigas uma igreja e uma praça eram regra geral, ou seja, estas atendiam tanto aos propósitos religiosos como também às atividades de recreio, de mercado, de caráter político e militar. As praças também eram conhecidas como largo, terreiro ou rocio. O ajardinamento das praças urbanas brasileiras é resultado da influência cultural francesa e inglesa. Também chamadas de “praças ecléticas”, as praças ajardinadas tinham como função essencial a contemplação, o passeio, a convivência e o cenário. As praças modernas se consolidaram como espaços essenciais para a vida nas cidades, pois, diante do processo acelerado de urbanização e verticalização, a população passou a valorizar cada vez mais esses espaços.

Com o desenvolvimento das cidades, as praças passaram a ter diferentes estruturas e equipamentos, buscando atender a interesses diversos, como mostra o trabalho de Oliveira, Lamano-Ferreira e Ruiz (2014) na cidade de São Paulo. Outras possuem caráter cívico, uma vez que se localizavam em frente a prédios públicos importantes. São exemplos de praças cívicas a Praça Municipal de Salvador (localizada no centro da nova cidade projetada), a Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, e a Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Benchimol & Lamano-Ferreira (2015) levantaram a quantidade e distribuição de praças na cidade de São Paulo. De acordo com os autores, foram geolocalizadas 1224 praças administradas pelas 31 subprefeituras do Município, as quais contam com a atenção dos gestores públicos, sendo importante a manutenção das áreas verdes nesses espaços.

2.2.2 PARQUES URBANOS

Os parques podem facilmente ser entendidos como “fragmentos da natureza no meio urbano”. Essa é uma visão romântica que remonta

ao século XVI, período em que se nota uma mudança da mentalidade ocidental sobre a importância da conservação, que vê nos grandes espaços naturais um alívio dos problemas da cidade (Ferreira, 2005).

Macedo e Sakata (2003) introduzem os parques no cotidiano urbano de forma a caracterizá-los como um elemento típico da cidade moderna e em constante processo de “recodificação”. Pode-se enfatizar que a diversidade das funções atribuídas aos parques os torna objetos de atendimento das necessidades da vida moderna.

No contexto histórico os parques urbanos estão intimamente ligados à figura inspiradora dos jardins que se revelam ainda no século XVI em razão de seu valor estético, pelo simbolismo e pela exuberância do Barroco (Pereira, 2013).

É no contexto do século XVIII que os jardins passam a ser considerados espaços ajardinados destinados ao uso público, refletindo o início das características do que mais adiante se revelaria no conceito de parque. Os parques, então, se consolidam em contraponto a um contexto histórico que se transformou em razão da Revolução Industrial, da urbanização crescente das cidades e da destruição das florestas (Pereira, 2013). Esses lugares se inserem no cotidiano das cidades com o objetivo de garantir benefícios à saúde das pessoas. Prova desse propósito está na constatação de que os higienistas “defendiam a criação de espaços ajardinados nas cidades a fim de promover um modo de vida saudável, comparando os parques aos pulmões, necessários para revigorar a atmosfera” (Santucci, 2003).

Segundo Ferreira (2005), os parques do século XIX representavam um “modelo idealizado em bairros burgueses e com finalidade de exibição social”. Embora esse aspecto mereça destaque, importa reconhecer que “desde o surgimento dos parques nas cidades, estes têm assumido diferentes configurações e significados”.

Para Macedo e Sakata (2003), o parque urbano brasileiro não está vinculado ao atendimento das necessidades das massas urbanas, nem tampouco ao processo de industrialização, da então metrópole do século XIX. De acordo com os autores:

O Brasil do século passado não possuía uma rede urbana expressiva, e nenhuma cidade, inclusive a capital, o Rio de Janeiro, tinha o porte de qualquer grande cidade europeia da época. O parque é criado, então, como uma figura complementar aos cenários das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores



internacionais, especialmente ingleses e franceses.

Em 1783 é inaugurado o primeiro parque público do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro: o Passeio Público. Posterior a ele encontram-se os registros do Campo de Santana e do Jardim Botânico. Em Recife, à mesma época, foi concebido um Parque Público criado nos moldes europeus, por influência do Conde Maurício de Nassau. Em meados do século XX são implantados os primeiros parques públicos projetados para o lazer público, tais como o Parque do Ibirapuera em São Paulo e o Parque do Flamengo no Rio de Janeiro.

Um exemplo diferenciado de parques urbanos pode ser encontrado em Brasília, Capital Federal, nas chamadas “superquadras”. Os espaços rigorosamente planejados de Brasília impuseram a busca de um equilíbrio entre a alta densidade urbana e as áreas verdes, com a introdução do conceito das “benfeitorias públicas” – serviços e equipamentos comunitários. Os espaços públicos de Brasília exemplificam critérios de planejamento habitacional previstos para o suporte a novas formas de sociabilidade, decorrentes dos modos de vida, contemporâneos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil entre as décadas de 1950 e 1960 (Pereira, 2013).

Na atualidade, segundo Macedo e Sakata (2003), os parques urbanos podem ser considerados como:

Espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno.

Bargos e Matias (2011) classificam os parques urbanos como áreas verdes, maiores que as praças e jardins, com função ecológica, estética e de lazer. Esse conceito é ampliado quando admitem-se outras funções que possibilitam enxergar os diferentes papéis de um parque, incluindo nesse aspecto as funções de natureza social, educacional e psicológica (Pereira, 2013).

Os principais benefícios trazidos por essas áreas verdes residem na possibilidade de desfrute da natureza preservada (despertando nos

cidadãos uma conscientização ecológica), o que influencia o comportamento das pessoas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi baseado em uma pesquisa bibliográfica a partir de uma consulta à base de dados *on-line* do *website* Portal Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Fez-se uma busca no referido *site* tendo como objetivo levantar especialistas que estudam percepção ambiental de frequentadores e/ou população do entorno de praças e parques urbanos nas diferentes regiões brasileiras. Para isso, foi realizada uma busca utilizando-se as palavras-chave “percepção ambiental”, “parques urbanos” e “praças”, combinadas entre si.

O Portal Inovação apresentou os resultados listando os especialistas que têm trabalhos publicados com as palavras-chave pesquisadas e relatados no Currículo Lattes. Adotou-se como procedimento levantar as produções, referentes aos artigos científicos em periódicos, dos especialistas listados pelo referido *website*, referentes ao período de 2009 a 2013. As informações sobre os artigos (demais autores e informações da revista) foram adquiridas no Currículo Lattes e cada um dos artigos foi pesquisado diretamente na página *web* do Google, baixado e lido.

Os artigos foram numerados conforme a ordem de localização, e posteriormente as resenhas foram organizadas em uma planilha do aplicativo Excel. Os dados levantados foram cuidadosamente analisados para verificar a adequação com o objetivo levantado no presente trabalho (percepção ambiental de frequentadores sobre parques urbanos e praças). Os artigos que continham as palavras-chave e não contemplavam o objetivo do trabalho foram descartados e para este trabalho foram selecionados 17 artigos, listados no Quadro 1.

Para a tabulação dos dados foram considerados o ano de publicação do trabalho, o local (cidade, estado e região) de sua realização; o local do estudo: praças ou parques; os principais conceitos teóricos; as populações estudadas; informações sobre a importância e/ou efeitos positivos/negativos gerados pelas áreas verdes de acordo com o grupo estudado; e por último as conclusões e principais observações realizadas pelos autores.



Quadro 1 – Artigos sobre percepção de frequentadores ou população do entorno de parques urbanos e praças, selecionados para o presente estudo (2009-2013).

Autor(es)	Título	Ano/Publicação
Meunier, I. M. J.	Percepções e expectativas de moradores do grande Recife-PE em relação aos parques urbanos.	2009
Bovo, M. C.; Amorim, M. C. C. T.	Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: um estudo de caso entre o Parque do Ingá e o Parque Florestal das Palmeiras, no município de Maringá-PR.	2009
Barros, M. P.; Musis, C. R., Hornick, C.	Parque da Cidade Mãe Bonifácia, Cuiabá-MT: topofilia e amenização climática em um fragmento de cerrado urbano.	2010
Brun, F. G. K.; Dobbert, L. Y.; Servolo Filho, H. J.; Zaia, H. B. A.; Silva Filho, D. F. da	Percepção dos usuários em relação ao conforto ambiental de duas áreas verdes de Piracicaba-SP.	2010
Rego, G. M. S.; Maria, T. R. B. C.; Brun, F. G. K.; Brun, J. E.	Uso e proposição de revitalização participativa da praça pública Lago da Paz em Dois Vizinhos-PR na visão dos moradores do entorno.	2011
Brígido, N. M.; Hirao, H.	A Praça Victor Civita e o desenvolvimento sustentável: uma avaliação do uso, apropriação e imaginário.	2011
Costa, R. G. S.; Benachio, M. V.; Borges, A. A. S.; Colesanti, M. T. M.	Uso, afetividade e percepção: um estudo da satisfação dos frequentadores do Parque do Sabiá em Uberlândia-MG.	2011
Menezes, J. P. C.	Percepção ambiental dos visitantes do Parque Municipal Bosque John Kennedy – Araguari-MG.	2011
Paula, P. F; Pussinini, N.	Estudo de caso: análise comparativa entre o Parque do Cinquentenário e Parque das Palmeiras – Maringá-PR.	2011
Rocha, E. A; Abjaud, T. T.	A metropolização de Belo Horizonte e sua relação com as áreas verdes e o turismo: Parque das Mangabeiras x Praça Sete.	2012
Malinowski, R; Pendiuk, F.	Praça 29 de Março – resgate histórico sob o enfoque da educação e percepção ambiental na cidade de Curitiba-PR.	2012
Fermino, R. C; Reis, R. S.; Cassou, A. C.	Fatores individuais e ambientais associados ao uso de parques e praças por adultos de Curitiba-PR, Brasil.	2012
Magalhães, D. S.	Largo da graça em Salvador-BA: Uma "nova" percepção.	2012
Amador, M. B. M.	Percepção da paisagem do parque Euclides Dourado no município de Garanhuns-PE.	2012
Gernano, A. D.; Raia, R. Z.; Bichon, D.; Rego, G. M. S; Higa, T. T.; Kiwara, T. Y.	Avaliação de percepção dos usuários de praças públicas de Dois Vizinhos-PR – Etapa Jardim Concórdia.	2013
Silva, E. A. P. C.; Silva, P. P. C; Moura, P. V.; Scocuglia, J. B. C.; Freitas, C. M. S. M.	Emoções e sentimentos nos espaços de lazer da cidade.	2013
Moreira, J. F. R; Silva, C. A.	Paisagem e mídia: os parques urbanos como produto do mercado turístico e imobiliário em Goiânia-GO.	2013

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os artigos científicos sobre percepção ambiental referem-se aos estudos com moradores do entorno de áreas verdes ou frequentadores desses espaços. Dentre os trabalhos sobre áreas

verdes urbanas levantados, encontraram-se estudos realizados em praças públicas, parques urbanos, arborização das ruas e unidades de conservação. Entretanto, os resultados apresentados neste trabalho referem-se a 17 estudos selecionados, sendo 63% realizados com frequentadores ou população do entorno de parques urbanos e 36,8%



com frequentadores ou população do entorno de praças públicas em diferentes regiões do Brasil. A região Sudeste (48,2%) foi a região com mais estudos publicados e relatados no Currículo Lattes pelos autores entre os anos de 2009 e 2013, seguida pela região Sul (25,9%), região Nordeste (11,1%), região Centro-Oeste (11,1%) e região Norte (3,7%).

4.1. PRAÇAS PÚBLICAS

Os estudos realizados em praças urbanas relatam que seus frequentadores buscam nelas oportunidades de compartilhamento de companhia, seja para crianças, jovens ou adultos (Fermino, Reis & Cassou, 2012; Rego, Maria, Brun & Brun, 2011; Rocha & Abjoud, 2012; Seeland, Dübendorfer & Hansmann, 2009). Padrões de socializar e fazer amigos nesses locais ao ar livre foram encontrados por Seeland *et al.* (2009) e variam dependendo da idade, nível de escolaridade e sexo, sendo muito importantes para a inclusão social. Além disso, funcionam como elemento atrativo do turismo e de contemplação da natureza. São lugares para a prática de lazer, atividades físicas, para o descanso

e até mesmo para a prática de atividades de cunho cultural, como realização de festas populares e feiras gastronômicas (Malinowski & Pendiuk, 2012). Sob outro aspecto, quando dotadas de áreas verdes, contribuem para o conforto térmico do ambiente do seu entorno, promovendo equilíbrio “solo-clima-vegetação” e em alguns casos colaboram atenuando os níveis de ruídos urbanos (Silva & Vargas, 2010).

Jim & Shan (2013) afirmam que a percepção de frequentadores de um espaço pode influenciar o uso e conseqüentemente o planejamento e gestão de áreas verdes urbanas. Verificou-se que a percepção dos moradores do entorno e seus frequentadores em relação às praças públicas (Tabela 1) está mais relacionada à utilização desses espaços para a prática de atividade física, seguida de contato com a natureza, lazer e a convivência. A prática religiosa, a educação ambiental, a cultural, o turismo, a recreação e a interação social também são mencionados. Dentre os aspectos negativos são apontados a insegurança e a falta de limpeza.

Tabela 1 – Relação de percepções de frequentadores ou população do entorno sobre praças públicas, como também autores e ano de publicação.

Percepção	Autor(es)	Ano/Publicação
Prática de atividade física/esporte, contato com a natureza, convívio social, bem-estar	Rego, G. M. S.; Maria, T. R. B. C.; Brun, F. G. K.; Brun, J. E.	2011
Vandalismo, falta de limpeza, insegurança, lazer, educação ambiental, cultura	Brígido, N. M.; Hirao, H.	2011
Prática de atividade física/esporte, convivência, turismo	Rocha, E. A.; Abjoud, T. T.	2012
Recreação, atividade física/esporte, cultural, insegurança, falta de limpeza	Malinowski, R.; Pendiuk, F.	2012
Prática de atividade física/esporte, convivência/interação social	Fermino, R. C.; Reis, R. S.; Cassou, A. C.	2012
Interação social (referência genérica)	Magalhães, D. S.	2012
Lazer, prática de atividade física/esporte, contato com a natureza, insegurança	Germano, A. D.; Raia, R. Z.; Bichon, D.; Rego, G. M. S.; Higa, T. T.; Kiwara, T. Y.	2013

Do total de trabalhos pesquisados sobre percepção ambiental em praças públicas (Figura 1), em 75% há referências à prática de atividade física ou de esporte como aspecto positivo da percepção de seus frequentadores; o contato com a natureza, o lazer e a possibilidade de convivência/interação

social são mencionados, cada um, em 25% dos trabalhos. Já a possibilidade da prática de atividades religiosas, educação ambiental, atividades culturais, turismo, recreação e interação social aparecem em 13% do total.

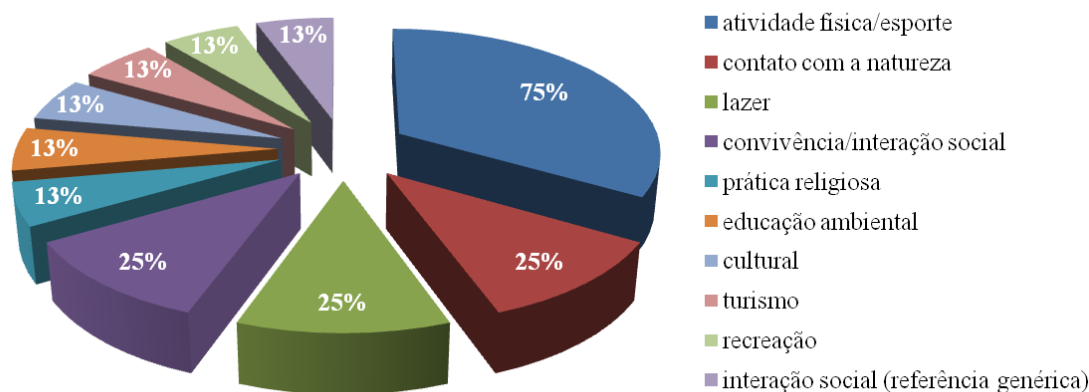


Figura 1 – Percepção ambiental de frequentadores ou população do entorno sobre usos e funções de praças (2009-2013).

Nos trabalhos pesquisados, percebe-se, não existiu a preocupação de diferenciar a percepção revelada pelos moradores do entorno das praças daquela exteriorizada por seus frequentadores, ainda que eventuais. Os estudos sugerem, portanto, que não há uma diferença de percepção entre os tipos de frequentadores, sejam eles moradores próximos às praças ou pessoas que eventualmente circulam pelas mesmas.

Para os moradores do entorno e frequentadores das praças estudadas, também foi mencionado como aspecto positivo daqueles espaços a sua vocação como ambientes que garantem oportunidade de contato com a natureza, gerando bem-estar na percepção da população. O espaço diferenciado criado por uma praça pública dentro de um ambiente urbano permite, assim, uma “recuperação da estética urbana”.

De acordo com Fermino *et al.* (2012), os benefícios identificados pelos frequentadores de praças públicas em geral são muitos, assim, cabe aos gestores investir em intervenções para aumentar as redes sociais em tais locais. Isso porque atualmente o planejamento das áreas verdes urbanas tem muitos desafios, dentre os quais estão a preservação e a durabilidade dos elementos arquitetônicos e da natureza (Rego *et al.*, 2011), assim como a manutenção das instalações existentes. Germano *et al.* (2013) sobre o assunto alerta sobre a possibilidade de o poder público promover a “revitalização participativa” das praças urbanas de Dois Vizinhos, PR.

Nesse mesmo sentido, o estudo realizado por Malinowski e Pendiuk (2012) constatou que boa parte dos frequentadores da Praça 29 de Março em Curitiba-PR se refere à necessidade de realização de ações de conscientização ambiental (57% dos pesquisados demonstraram interesse nesse sentido), o que leva o autor a sugerir às

administrações municipais que priorizem ações de educação ambiental nas praças, para que a população crie um maior vínculo e desenvolva um senso de “corresponsabilidade” em relação a esses espaços públicos.

O tema sustentabilidade é abordado de forma pontual e específica pelo estudo elaborado por Brígido e Hirao (2011) sobre a Praça Victor Civita, localizada em São Paulo-SP. O espaço hoje ocupado pela praça foi especialmente idealizado tendo por foco principal a incorporação de “princípios sustentáveis, como social, ecológica, educacional e política”. Barbosa *et al.* (2007) também discutem em seu trabalho realizado na cidade de Sheffield, no Reino Unido, que os espaços verdes têm papel importante nos sistemas ecológicos e sociais.

Malinowski e Pendiuk (2012), por outro lado, identificam como relevante o aspecto negativo mencionado pela maioria dos frequentadores da Praça 29 de Março em Curitiba-PR: a geração de um ambiente de insegurança nas proximidades daquele espaço, causado pela ausência de policiamento adequado. Os autores citam ainda a presença de usuários de drogas e de “moradores de praças”, que também deixam o local sujo. O sentimento de insegurança também é referido no trabalho de Germano (2013).

Rego *et al.* (2011) também destacam a existência de vandalismo nas instalações da Praça Pública Lago da Paz (Dois Vizinhos-PR) e o mau uso do lago por alguns frequentadores (que o utilizam para “banho”) como aspectos negativos, possivelmente relacionados à falta de policiamento/vigilância adequada. Ainda como resultado da falta de manutenção daquela Praça Pública, o mesmo autor se refere a relatos que se queixam do piso irregular e da falta de iluminação,



aspectos diretamente ligados à administração do espaço pelo Poder Público.

4.3 PARQUES URBANOS

São considerados por seus frequentadores como áreas propícias à prática de atividades de lazer e recreação (descansar, refletir, namorar, encontrar amigos, caminhar e evitar o sedentarismo), sendo assim um eficaz instrumento de socialização comunitária. Além disso, os parques urbanos alcançam um nítido propósito de minimizar os impactos da industrialização, possibilitando uma “integração espacial” com os prédios urbanos. Promovem, ainda, permeabilidade, fertilidade e umidade do solo, protegendo-o contra a erosão, enfim, são espaços que inegavelmente contribuem para o crescimento e desenvolvimento econômico e urbanístico (Amador, 2012; Bovo & Amorim, 2009; Brun, Dobbert, Servolo Filho, Zaia & Silva Filho, 2010; Costa *et al.*, 2011; Menezes, 2011).

Recentemente a percepção ambiental ganha *status* e passa a ser materializada na

produção de praças e parques públicos nos centros urbanos. Com a finalidade de melhorar a qualidade de vida, pela recreação, preservação e educação ambiental, áreas de preservação dos recursos hídricos e para a própria sociabilidade, essas áreas tornam-se fundamentais no ambiente urbano (Bovo & Amorim, 2009; Paula & Pussinini, 2011).

Nos artigos pesquisados sobre parques urbanos foi possível verificar que, na percepção dos moradores do entorno ou frequentadores (Tabela 2), a atividade física e o esporte (corridas, ciclismo e caminhadas) também são os mais mencionados pelos frequentadores em 11 artigos, seguidos por lazer, mencionado em 8 artigos, convivência/interação social em 5 artigos, contato com a natureza em 3 artigos, educação ambiental mencionada em 2 artigos. Já o conforto climático, o turismo e a recreação são mencionados em apenas 1 artigo. Os problemas da insegurança e da falta de limpeza dos parques são referidos em 3 artigos pesquisados; a degradação ambiental e depredações são aspectos negativos mencionados em 1 artigo.

Tabela 2 – Relação de percepções de usuários sobre parques urbanos, seus autores e ano de publicação.

Percepção	Autor(es)	Ano/Publicação
lazer, falta de conservação	Meunier, I. M. J.	2009
lazer, contato com natureza, prática de atividade física, degradação ambiental, depredações	Bovo, M. C.; Amorim, M. C. C. T.	2009
convivência/interação social, prática de atividade física, conforto climático, falta de segurança, falta de limpeza	Barros, M. P.; Musis, C. R.; Hornick, C.	2010
lazer, prática de atividade física/esportes, recreação, conforto climático	Brun, F. G. K.; Dobbert, L. Y.; Servolo Filho, H. J.; Zaia, H. B. A.; Silva Filho, D. F. da	2010
lazer, contato com natureza, convivência/interação social, esportes, falta de segurança	Costa, R. G. S.; Benachio, M. V.; Borges, A. A. S.; Colesanti, M. T. M.	2011
prática de atividade física/esporte, convivência/interação social, educação ambiental, falta de limpeza (lixo)	Menezes, J. P. C.	2011
prática de atividade física/esporte, educação ambiental, falta de segurança	Paula, P. F; Pussinini, N.	2011
lazer, convivência/interação social, prática de atividade física/esporte	Amador, M. B. M.	2012
prática de atividade física/esporte, lazer, convivência/interação social	Fermino, R. C.; Reis, R. S.; Cassou, A. C.	2012
contemplação, lazer, contato com natureza, turismo	Rocha, E. A; Abjaud, T. T.	2012
lazer, convivência/interação social, prática de atividade física/esporte	Silva, E. A. P. C.; Silva, P. P. C.; Moura, P. V.; Scocuglia, J. B. C.; Freitas, C. M. S. M.	2013
lazer, prática de atividade física, turismo	Moreira, J. F. R; Silva, C. A.	2013



Conforme a Figura 2, em 85% dos trabalhos pesquisados referentes aos parques urbanos há referências dos frequentadores à prática de atividade física ou de esporte; o lazer aparece em 62% dos casos; a convivência (interação social) é

mencionada em 38%, o contato com a natureza em 23% e a educação ambiental em 15% dos trabalhos. O turismo, a recreação e o conforto climático aparecem em 8% dos artigos pesquisados

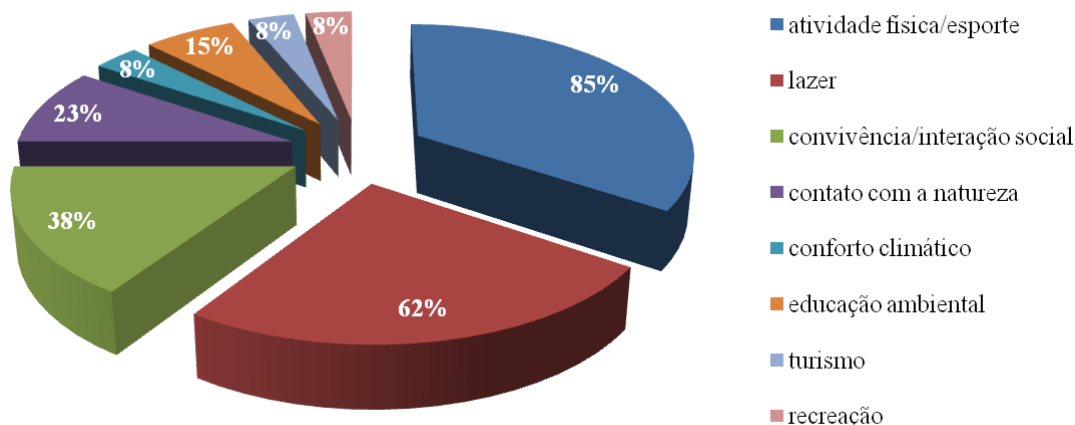


Figura 2 – Percepção ambiental dos moradores do entorno ou frequentadores sobre as contribuições de parques urbanos (2009-2013).

O enfoque trazido por Silva, Moura, Scocuglia e Freitas (2013) sintetiza os aspectos da percepção, relacionando-os a emoções e sentimentos positivos:

Nesse sentido, esses espaços, cada um com sua singularidade, podem contribuir nos aspectos individual, coletivo e emocional dos atores sociais. Além disso, as emoções/sentimentos vivenciados nos espaços públicos de lazer podem influenciar no cotidiano e no estilo de vida dos seus frequentadores, conduzindo a mudanças positivas no que diz respeito à saúde.

A partir da pesquisa efetuada nos parques existentes nos municípios de Maringá-PR e Uberlândia-MG, foi possível um mapeamento dos aspectos positivos e negativos identificados pelos usuários daquelas áreas verdes.

No caso deste último, Bovo e Amorim (2009) apontam como efeitos positivos a presença da cobertura vegetal, que contribui para a amenização das altas temperaturas, tornando-a mais agradável para a população, também referido por Barros, Muis e Hornick, (2010), e a capacidade que o espaço possui para diminuição da poluição do ar e da intensidade de ruídos. A função ecológica do Parque é, dessa forma, indiretamente referida na percepção dos seus usuários como aspecto positivo de sua existência. Essa função é desempenhada

principalmente pela vegetação existente, que também contribui positivamente através da fixação da poeira e materiais residuais existentes no ar, filtra a radiação solar, reduz a velocidade do vento e influencia o balanço hídrico do local.

O trabalho de pesquisa elaborado por Barros *et al.* (2010) chama a atenção por destacar em um tópico específico a preocupação com os aspectos “microclimáticos” relacionados ao Parque da Cidade Mãe Bonifácia, situado em Cuiabá (MT). Para tanto, além da percepção dos usuários e frequentadores, o autor utilizou equipamentos de medição (estações digitais portáteis) para confecção de um “mapa climático” do local. A partir de tais dados, conclui afirmando que a vegetação do local interfere diretamente na radiação solar, na incidência de vento e na umidade do ar, resultando num ambiente climaticamente confortável, tanto que o trabalho afirma que aquele parque configura uma verdadeira “ilha de frescor” existente no mar de construções da cidade de Cuiabá.

Já o estudo de Costa *et al.* (2011), realizado no Parque do Sabiá em Uberlândia- MG, aponta e identifica os quesitos da segurança, também referidos por Barros *et al.* (2010), seguidos da conservação e limpeza dos banheiros e da presença do zoológico como “problemas”, ou seja, aspectos negativos relacionados àquela área verde.

Uma interessante constatação é apresentada por Amador (2012) como aspecto



positivo decorrente da existência do Parque Euclides Dourado no Município de Garanhuns (PE). A autora identificou uma relação que chama de simbólica e “imagética” entre aquele Parque, seus eucaliptos e seus frequentadores ao perceberem que a vegetação marcante do Parque transmite uma certa sensação de integração com o tempo e com a história do local, expressando, também, a geograficidade do lugar, que se refere ao modo da existência do homem e de seu destino.

Sob o enfoque dos aspectos ambientais, no Parque Florestal das Palmeiras (Maringá-PR), Bovo e Amorim (2009) citam como aspectos negativos percebidos por seus frequentadores o escoamento das galerias pluviais para o interior, o que contribui com os processos de ravinamento e erosão do solo; os efeitos da impermeabilização do solo no seu entorno, que contribui para o rebaixamento do lençol freático; a diminuição da oxigenação da água, tornando-a imprópria para a vida animal; o uso intensivo da área, sem controle efetivo dos impactos gerados pela visitação e a depredação do patrimônio público por alguns usuários.

O trabalho de pesquisa de percepção realizado por Meunier (2009) na região da Grande Recife, o qual abrangeu 6 parques urbanos, conclui que a maioria dos parques urbanos da região apresenta condições insatisfatórias de densidade e riqueza arbórea. Com relação à infraestrutura, os Parques Urbanos do Recife carecem de iluminação, limpeza, água potável, lixeiras (para coleta seletiva), bancos, equipamentos para ginástica e espaços adequados para alimentação. Os frequentadores enfatizam, assim, a necessidade da conservação desses equipamentos e a promoção de segurança dos frequentadores.

É relevante mencionar que os frequentadores de parques também mencionam e sugerem a presença de “guias” e de educadores ambientais, como forma de trazer informações sobre o meio ambiente. O trabalho também conclui que há uma alta concentração de frequência em apenas 2 parques (Parque Treze de Maio e Parque da Jaqueira), o que agrava a situação de conservação daqueles espaços públicos. Segundo a autora, essa situação se agrava, pois não existe preocupação do Poder Público em propiciar um monitoramento especializado, tampouco campanhas educativas que ressaltem os atributos daqueles espaços e que promovam seu uso adequado.

Outra constatação decorrente do estudo de Meunier (2009) sugere que, por não existirem áreas verdes próximas às residências, muitos dos entrevistados não as frequentam. Para Costa *et al.* (2011), as áreas verdes aparecem como uma natureza ilhada em meio às áreas construídas, e por esse motivo constituem elemento de desejo e

apreço da população. Ainda segundo o autor, apesar dos benefícios possíveis de se obter com a criação de praças e parques urbanos, estes somente serão atingidos plenamente se a população se apropriar desses espaços. Sem o envolvimento da população, eles tendem a ser desprezados e deixados de lado e, pior, em alguns casos se tornam pontos de uso e tráfico de drogas, local de deposição de lixo e áreas inseguras pela falta de policiamento.

Outra abordagem muito interessante verificada nos estudos de áreas verdes são as pesquisas que relacionam a valorização monetária de imóveis, justificada também pela presença de espaços públicos. Nesse contexto, Moreira e Silva (2013), no estudo realizado na cidade de Goiânia-GO, destacam um aspecto relacionado ao potencial de atração imobiliária que, por exemplo, o Parque Flamboyant, localizado em área nobre da cidade, exerce sobre a região em que se situa, valorizando os imóveis de seu entorno. O autor enfatiza a participação das incorporadoras de imóveis na manutenção e implementação de melhorias nos parques urbanos, revelando o interesse especulativo naquelas áreas verdes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as contribuições dos estudos sobre percepção ambiental abordadas neste trabalho, destaca-se que as áreas verdes urbanas, sejam elas praças ou parques, são percebidas como importantes espaços para convivência e interação social, além de estreitar a relação do ser humano com a natureza.

Aspectos positivos de praças e parques são percebidos pelos frequentadores como locais para a prática de atividades físicas e de lazer, os quais contribuem para uma melhor qualidade de vida em áreas urbanas. Dentre os principais aspectos negativos que podem contribuir para a gestão desses espaços estão relacionadas a falta de segurança, limpeza e conservação de equipamentos e estrutura. Dessa forma, os governos locais poderiam incorporar os apontamentos realizados através da percepção de frequentadores sobre praças e parques no processo de tomada de decisões para atender às diversas demandas.

Sugerem-se estudos que visem compreender a percepção de atores sociais em relação às áreas verdes urbanas, de forma que se conheça o uso desses espaços e então sejam pensadas quais melhorias podem atender às necessidades dos frequentadores de cada espaço verde público ou privado. A aproximação da população com a natureza leva ao questionamento de valores e atitudes em relação ao meio ambiente refletindo-se em suas percepções e podem levar a



práticas cada vez mais sustentáveis no seu cotidiano.

6. REFERÊNCIAS

Almada, E. D. (2010). Sociobiodiversidade Urbana: por uma etnoecologia das cidades. In: A. L. Valdeline Atanzio da Silva, *Etnobiologia e Etnoecologia: Pessoas & Natureza na América Latina* (pp. 37-64). Recife: NUPEEA.

Amador, M. B. M. (2012). Percepção da paisagem do parque Euclides Dourado no município de Garanhuns-PE. *VIII Fórum Ambiental da Alta Paulista*, 8(4), 1-14.

Balooni, K.; Gangopadhyay, K. & Kumar, B. M. (2014). Governance for private green spaces in a growing Indian city. *Landscape and Urban Planning* (123), 21-29.

Barbosa, O.; Tratalos, J. A.; Armsworth, P. R.; Davies, R. G.; Fuller, R. A.; Johnson, P. & Gaston, K. J. (2007). Who benefits from access to green space? A case study from Sheffield, UK. *Landscape and Urban Planning*, 83, 187-195.

Bargos, D. C. & Matias, L. F. (2011). Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. *REVSBAU*, Piracicaba-SP, 6(3), 172-188.

Barros, M. P.; Musis, C. R. & Hornick, C. (2010). Parque da Cidade Mãe Bonifácia, Cuiabá-MT: topofilia e amenização climática em um fragmento de cerrado urbano. *Revsbau*, Piracicaba-SP, 5(2), 1-18.

Benchimol, J. F. & Lamano-Ferreira, A. P. N. Distribuição de Praças Públicas na Cidade de São Paulo, SP. (2015). In: Benini, S. M. & Rosin, J. A. R. G. (Org.). *Estudos Urbanos: uma abordagem interdisciplinar da cidade contemporânea*. 1ed. Tupã: ANAP, p. 291-306.

Botelho, J.; Lamano-Ferreira, A. P. N.; Ferreira, M. L. (2014). Os quintais como espaço de conservação e cultivo de plantas nos municípios de Cuiabá e Cáceres (Mato Grosso, Brasil). *Revista Ciência Rural*, v.44, n.10, p. 1810-1815.

Bovo, M. C. & Amorim, M. C. C. T. (2009). Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: um estudo de caso entre o Parque do Ingá e o Parque Florestal das Palmeiras no município de Maringá/PR. In: *XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada*. Universidade Federal de Viçosa, (1), 1-15.

Brígido, N. M. & Hirao, H. (2011). A Praça Victor Civita e o desenvolvimento sustentável: uma avaliação do uso, apropriação e imaginário. *TÓPOS*, 5(2), 9-20.

Brun, F. G. K.; Dobbert, L. Y.; Servolo Filho, H. J.; Zaia, H. B. A. & Silva Filho, D. F. da. (2010). Percepção dos usuários em relação ao conforto ambiental de duas áreas verdes de Piracicaba-SP. *REVSBAU*, Piracicaba-SP, 5(3), 59-81.

Cavalheiro, F.; Nucci, J. C.; Guzzo, P. & Rocha, Y. T. (1999, julho, agosto e setembro). Proposição de terminologia para o verde urbano. *Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*. SBAU, Rio de Janeiro, RJ, (3).

Chaves, A. M. S. & Amador, M. B. M. (2013). Uso e apropriação da Praça Nossa Senhora da Conceição: uma visão da sustentabilidade ambiental do espaço público de Correntes-PE. *IX Fórum Ambiental da Alta Paulista*, 9(4), 01-17.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília. Recuperado em 18 de agosto de 2013, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Costa, R. G. S. & Colesanti, M. M. (2011). A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes – Curitiba. *RA E GA*, 22, 238-251.

Costa, R. G. S.; Benachio, M. V.; Borges, A. A. S. & Colesanti, M. T. M. (2011). Uso, afetividade e percepção: um estudo da satisfação dos frequentadores do Parque do Sabiá em Uberlândia-MG. *Revista de Geografia*, 28(1), 14-24.

Del Rio, V. (1999). Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do RJ. In D. R. Vicente & O. Livia (Orgs.). *Percepção ambiental: a experiência brasileira* (2a ed., p. 3-22). São Carlos: Studio Nobel.

Emer, A. A. & Corona, H. M. P. (2013). Percepção ambiental: uma ferramenta para discutir o ambiente urbano. *Revista Científica ANAP Brasil*, 6(7), 105-121.

Fermino, R. C.; Reis, R. S. & Cassou, A. C. (2012). Fatores individuais e ambientais associados ao uso de parques e praças por adultos de Curitiba-PR, Brasil. *Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum.*, 4(4), 377-389.



- Ferreira, A. D. (2005). *Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: o caso do Passeio Público da cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PPGCA), Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
- Ferreira, M. L.; Silva, J. L.; Pereira, E. E. & Lamano-Ferreira, A. P. N. (2014). Litterfall Production and Decomposition in a Fragment of Secondary Atlantic Forest of São Paulo, SP, Southeastern Brazil. *Revista Árvore*, v.38, n.4.
- Ferreira, M. L.; Pereira, E. E. & Monteiro, P. (2014). Ciclagem de Nutrientes numa Floresta Urbana no Município de São Paulo, SP. *Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes*, v. 2, p. 1-17.
- Germano, A. D.; Bichon, D.; Raia, R. Z.; Rêgo, G. M. S.; Higa, T. T.; Kiwara, T. Y.; Brun, F. G. K. & Brun, E. J. (2013). Avaliação de percepção dos usuários de praças públicas de dois vizinhos-PR – Etapa Jardim Concórdia. *Synergismus seyentifica UTrPR*.
- Gidlow, C. J.; Ellis, N. J. & Bostock, S. (2012). Development of the Neighbourhood Green Space Tool (NGST). *Landscape and Urban Planning*, 106, 347–358.
- Gomes, M. A. & Soares, B. R. (2003). A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. *Estudos Geográficos*, 1, p. 29-39.
- Jim, C. Y. & Shan, X. (2013). Socioeconomic effect on perception of urban green spaces in Guangzhou, China. *Cities*, 31, 123-131.
- Lamano-Ferreira, A. P. N.; Ferreira, M. L.; Francos, M. S. & Molina, S. M. G. (2015). Espaços residenciais urbanos e suas implicações na conservação da biodiversidade. In: Benini, S. M. & Rosin, J. A. R. G. (Org.). *Estudos Urbanos: uma abordagem interdisciplinar da cidade contemporânea*. 1ed.Tupã: ANAP, p. 349-362.
- Lamas, J. M. R. G. (2004). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. (3a ed.). Porto, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Loboda, C. R. & De Angelis, B. L. D. (2005). Áreas verdes urbanas: conceitos, usos e funções. *Ambiência*, 1(1), 125-139.
- Macedo, S. S. & Sakata, F. G. (2003). *Parques Urbanos no Brasil*. São Paulo: EDUSP Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Magalhães, D. S. (2012). Largo da Graça em Salvador-BA: Uma “nova” percepção. *GeoTextos*, 8(1), 33-54.
- Malinowski, R. & Pendiuk, F. (2012). Praça 29 de Março – resgate histórico sob o enfoque da educação e percepção ambiental na cidade de Curitiba-PR. *Revista de Divulgação Científica e Cultural do Isulpar*, 1(4).
- Marten, G. G. (2001). *Human Ecology: Basic Concepts for Sustainable Development*. Earthscan Publications. 256 pp.
- Menezes, J. P. C. de. (2011). Percepção ambiental dos visitantes do Parque Municipal Bosque John Kennedy – Araguari, MG. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Rio Grande. 26, 103-112.
- Meunier, I. M. J. (2009). Percepções e expectativas de moradores do grande Recife-PE em relação aos parques urbanos. *Revsbau*, Piracicaba-SP, 4(2), 35-43.
- Moreira, J. F. R. & Silva, C. A. da. (2013). Paisagem e mídia: os parques urbanos como produto do mercado turístico e imobiliário em Goiânia-GO. *Caminhos de Geografia – Revista Online*. Uberlândia, 14(46), 220-235.
- Oliveira, C. H. (1996). *Planejamento ambiental na cidade de São Carlos/SP com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas*. Dissertação de Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- ONU – Organização das Nações Unidas. A ONU em ação. A ONU e o meio ambiente. Recuperado em 2 de março de 2014, em <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>.
- Paula, P. F. & Pussinini, N. (2011). Estudo de caso: análise comparativa entre o Parque do Cinquentenário e Parque das Palmeiras – Maringá-PR. *Revista GEOMAE*. Campo Mourão-PR, 2(1), 91-101.
- Pereira, D. A. (2013). *Valores e sentidos atribuídos à paisagem ambiental urbana no Parque Ecológico Olhos D'Água em Brasília-DF*. Dissertação de Mestrado em Educação – Programa



de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Universidade de Brasília, DF, Brasil.

Pessoa, F. P. C. P. (2009). *Percepção ambiental dos visitantes do Parque Estadual Dois Irmãos*. Dissertação de Mestrado em Gestão Ambiental – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Controle Ambiental – PPCGA, Universidade de Pernambuco, Recife, PB, Brasil.

Pina, J. H. A. & Santos, D. G. (2012). A influência das áreas verdes urbanas na qualidade de vida: o caso dos Parques do Sabiá e Victório Siquierolli em Uberlândia-MG. *Ateliê Geográfico*, 6(1), 143-169.

Queiroz, D. P. N. & Lamano-Ferreira, A. P. N. (2014). Diversidade e uso de plantas cultivadas em quintais residenciais urbanos localizados na região da Vila Maria, zona norte de São Paulo, SP, Brasil. *Revista Unopar*, v.16, n.4, p. 299-305.

Rego, G. M. S.; Maria, T. R. B. C.; Brun, F. G. K. & Brun, E. J. (2011). Uso e proposição de revitalização participativa da praça pública Lago da Paz em Dois Vizinhos-PR na visão dos moradores do entorno. *"Synergismus scyentifica"*, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 6(1).

Rocha, E. A. & Abjaud, T. T. (2012). A metropolização de Belo Horizonte e sua relação com as áreas verdes e o turismo: Parque das Mangabeiras x Praça Sete. *Revista Acadêmica*, VII(3), 63-85.

Rocha, J. R. & Werlang, M. K. (2005). Índice de cobertura vegetal em Santa Maria: o caso do Bairro Centro. *Ciência e Natura*, UFMS, 27(2), 85-99.

Santucci, J. (2003). *As promenades do Rio de Janeiro: o papel do Passeio Público, Praça Paris e Parque do Flamengo na história da paisagem carioca*. Dissertação de mestrado em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Seeland, K.; Dübendorfer, S. & Hansmann, R. (2009). Making friends in Zurich's urban forests and parks: The role of public green space for social inclusion of youths from different cultures. *Forest Policy and Economics* (11), 10-17.

Silva, E. A. P. C. da; Silva, P. P. C. da; Moura, P. V. de; Scocuglia, J. B. C. & Freitas, C. M. S. M. de. (2013). Emoções e sentimentos nos espaços de

lazer da cidade. *Revista Pensar a Prática*. Goiânia, 16(1), 85-100.

Silva, K. C. & Sammarco, Y. M. (2012, outubro). Pertencimento em relação ao Bosque Campos Prado: um estudo de percepção ambiental da comunidade do entorno. *Anais – 4º Simpósio de Tecnologia em Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FATEC – Jahu*, 223-238.

Silva, T. S.; Cândido, G. A. & Freire, E. M. X. (2009). Conceitos, percepções e estratégias para conservação de uma estação ecológica da caatinga nordestina por populações do seu entorno. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 21(2), 23-27.

Souza, A. P. (2009). *Análise da qualidade ambiental urbana em praças públicas através da percepção dos seus usuários: o caso da Praça Dois de Julho – Campo Grande Salvador-Bahia*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Tuan, Y. F. (2012). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Eduel.

Vargas, H. C. (2001). *Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio*. São Paulo: Editora SENAC.

Whyte, A. V. T. (1978). *La perception de l'environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain*. Recuperado em 22 de maio de 2013, de <http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000247/024707fo.pdf>.